

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.444 - SP (2015/0268524-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : CLAUDINEI DANTAS DE SOUZA
RECORRENTE : MARIA APARECIDA CRUGE BEZERRA
RECORRENTE : MARIA EMILIA MALDAUN CABRAL
RECORRENTE : MIRELA SARTORATO JORGE
RECORRENTE : PAULA COSTA DE PAIVA
RECORRENTE : REGINA MARIA CERQUEIRA DE SOUZA
RECORRENTE : RONALDO COELHO DE LIMA
RECORRENTE : ROSA MARIA DOS SANTOS NACARINI
RECORRENTE : SILVIA DE VIDI
RECORRENTE : SOLANGE DOS ANJOS GALANTE DIAS
RECORRENTE : TATIANA GAGIOTI SANCHES
ADVOGADO : RENATO LAZZARINI E OUTRO(S) - SP151439
ADVOGADA : PATRÍCIA DAHER LAZZARINI - SP153651
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Claudinei Dantas de Souza e outros, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 310):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 557, *CAPUT* e § 1º-A, DO CPC. SERVIDOR PÚBLICO. CORREÇÃO MONETÁRIA. PAGAMENTO EM ATRASO. DIFERENÇAS DE VENCIMENTOS NO PERÍODO DE MARÇO/89 A DEZEMBRO/1992. RESOLUÇÃO Nº 104/93, DO CJF. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 383, DO STF. REITERAÇÃO DE ALEGAÇÕES.

1. Hipótese em que a decisão impugnada foi proferida em consonância com o disposto no artigo 557, caput e/ou §1º- A, do Código de Processo Civil.
2. A mera reiteração das alegações impõe a manutenção da decisão agravada. Precedente do e. STJ.
3. Agravo legal desprovido.

Sustentam os recorrentes, de início, ofensa ao art. 1º do Decreto n. 20.910/1932, por defender que o prazo prescricional quinquenal teve como termo inicial a edição da Resolução n. 104/1993, pelo Conselho da Justiça Federal, em 9 de agosto de 1993.

No aspecto, argumenta que (e-STJ, fl. 325):

Forçoso concluir que os recorrentes não poderiam pleitear o pagamento de

Superior Tribunal de Justiça

valores corrigidos integralmente antes da edição da Resolução 104/93, pois não conheciam os índices que seriam adotados e os pagamentos que seriam efetuados e, portanto, não conheciam a lesão do direito que não estava, até então, configurada.

Argumentam, por outro lado, que o Tribunal de origem teria partido de premissa fática equivocada, pelas seguintes razões (e-STJ, fl. 338):

Vale ressaltar, tendo em vista o equívoco constante do v. acórdão recorrido, que os pagamentos não foram efetuados até dezembro de 1992, mas se iniciaram posteriormente e em cumprimento à citada Resolução publicada em agosto de 1993. Ou seja, os valores eram devidos no período citado, mas foram pagos com atraso sem a remuneração devida a partir de 1993 (conforme a Resolução mencionada).

Afirmam, portanto, que a presente ação, ajuizada em 9/3/1998, não estaria prescrita.

Aduzem, por outro lado, contrariedade ao art. 515, § 1º, do CPC/1973, por não ter sido enfrentado, no Tribunal de origem, o argumento supramencionado acerca do termo *a quo* da prescrição.

Suscita dissídio jurisprudencial, utilizando como paradigma aresto deste Tribunal (EDcI no AgRg no Recurso Especial n. 782.850-SP).

Contrarrazões às e-STJ, fls. 354-362.

É o relatório.

Com efeito, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária por entender que a prescrição teria se consumado antes da propositura da demanda.

Considerou-se que o prazo prescricional teve como termo inicial cada pagamento realizado sem a incidência da devida correção monetária e que houve a interrupção da prescrição com a edição da Resolução n. 104/1993 do Conselho da Justiça Federal, de modo que, aplicando as diretrizes da Súmula 383 do STF, todas as parcelas estariam prescritas.

Confira-se (e-STJ, fl. 277):

Mais claro impossível o posicionamento daquele Superior: iniciado o prazo prescricional com o pagamento menor que o devido e interrompido com o ato administrativo, volta esse prazo a correr pela metade nos termos da Súmula da Corte Suprema, garantido o prazo mínimo original. Assim, para os créditos cuja interrupção ocorreu na segunda metade (diferenças de valores pagos até 8.2.91), a prescrição ocorreu dois anos e meio depois do marco interruptivo (Resolução), ou seja, em 9.2.96.

Para aquelas posteriores (de 9.2.91 a 31.12.92), essa interrupção ocorreu na primeira metade do prazo prescricional, esgotando-se completamente entre 10.2.96 e 31.12.97.

Isto posto, visto que o ajuizamento da presente se deu em março/98, estão totalmente prescritos os créditos.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse ponto, importa ressaltar não ser possível a modificação das premissas fáticas estabelecidas pela Corte de origem, por envolver reexame de matéria fático-probatória, nos moldes da Súmula 7/STJ. Portanto, para fins de julgamento deste recurso, os pagamentos administrativos em atraso, relativos a diferenças de vencimentos, ocorreram no período de março de 1989 a dezembro de 1992.

Feita a devida ressalva, cumpre esclarecer que a posição firmada na decisão recorrida está em parcial consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual o termo inicial da prescrição para a cobrança de correção monetária e juros moratórios coincide com o último pagamento administrativo realizado em atraso, e não com cada pagamento efetivado.

No aspecto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DE PENSÃO. PARCELAS SALARIAIS. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO.

1. Cuida-se, na origem, de demanda cujo o escopo é a condenação da União ao pagamento de montante a título de correção monetária, referente ao período de julho/1995 a dezembro/2002, e correspondente aos valores apurados no processo de revisão da pensão civil da recorrida nesse período.

2. O Tribunal *a quo* decidiu que o termo inicial do prazo prescricional para a cobrança de diferenças salariais, juros e correção monetária conta-se a partir do pagamento administrativo realizado em atraso. Deste modo, como o último período reclamado pela recorrente refere-se a novembro de 2007, não houve a prescrição, já que a demanda foi ajuizada em abril de 2012, portanto dentro do lustrum prescricional.

3. Ademais, não houve interrupção da contagem do lustrum prescricional, para que a prescrição passasse a correr pela metade do prazo, uma vez que o lapso temporal se iniciou do pagamento administrativo realizado em atraso.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1.749.623/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/2/2019, DJe 11/3/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. COBRANÇA DE DIFERENÇAS SALARIAIS RECONHECIDAS ADMINISTRATIVAMENTE. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. SÚMULA 383/STF. ARTS. 1.º E 9.º DO DECRETO 20.910/1932. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. Cinge-se a controvérsia ao pagamento de diferença de correção monetária incidente sobre parcelas pagas administrativamente, nos meses de março de 1989 a dezembro de 1992.

2. O STJ tem entendimento de que o ato administrativo que reconhece a existência de dívida interrompe a contagem do prazo prescricional, recomeçando este a fluir apenas a partir do último ato do processo que causou a interrupção.

3. O Tribunal de origem, ao decidir que o termo inicial do prazo prescricional

Superior Tribunal de Justiça

para a cobrança de diferenças salariais, juros e correção monetária conta-se a partir do pagamento administrativo realizado em atraso, o fez em sintonia com a jurisprudência firmada no âmbito do STJ.

4. Deste modo, como o último período reclamado pelos recorrentes refere-se a dezembro de 1992, todas as parcelas encontram-se prescritas, já que ultrapassado o prazo prescricional quinquenal nos termos da Súmula 383/STF, sendo o mês de dezembro de 1997 o termo final, e a ação só foi proposta em fevereiro de 1998.

5. Ademais, a instância de origem decidiu a controvérsia com fundamento no suporte fático-probatório dos autos. Desse modo, verifica-se que a análise da controvérsia demanda o reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."

6. Agravo Interno não provido.

(AgInt no AgRg no AREsp 835.946/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/6/2016, DJe 6/9/2016)

AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. VERBAS REMUNERATÓRIAS PAGAS EM ATRASO NO PERÍODO DE MARÇO DE 1989 A DEZEMBRO DE 1992. COBRANÇA DE DIFERENÇAS RELATIVAS A CORREÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. DATA EM QUE REALIZADO O PAGAMENTO DO PRINCIPAL, SEM A DEVIDA ATUALIZAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA AJUIZADA EM 1998, QUANDO JÁ EXPIRADO O PRAZO DE CINCO ANOS PREVISTO NO DECRETO Nº 20.910/1932.

RESOLUÇÃO Nº 104/1993 DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. ATO NORMATIVO DE CARÁTER GENÉRICO, CUJA EDIÇÃO, POR ISSO MESMO, NÃO INTERROMPEU O PRAZO PRESCRICIONAL. CONFIGURADA A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO REFERENTE A TODAS AS DIFERENÇAS DECORRENTES DE CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. "O prazo prescricional em relação à correção monetária se inicia a partir do momento em que é efetuado o pagamento do débito em atraso sem a atualização, pois é a partir daí que se caracteriza a lesão do direito subjetivo do credor à recomposição do valor monetário da prestação" (REsp nº 508.760/PR, relator o Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 29/11/2004).

2. Mantida a decisão monocrática proferida em sede de agravo regimental, que reconsiderou a anterior, para negar seguimento a recurso especial.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg no REsp 1.086.264/SP, Rel. Min. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 28/4/2015, DJe 8/5/2015)

Na hipótese, a pretensão autoral se encontra prescrita, mesmo ao se considerar a data do último pagamento administrativo, de modo que a decisão recorrida não merece reparo.

Por fim, quanto à alegada divergência jurisprudencial, o acórdão

Superior Tribunal de Justiça

paradigma não condiz com o atual entendimento desta Corte acerca da matéria, conforme demonstrado nos precedentes colacionados, o que atrai a aplicação da Súmula 83/STJ (Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial, e nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

